



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 97, DE 21 DE MAIO DE 2025.

Altera Lei que Disciplina o Sistema Tributário do Município, Consolida Leis e Dispõe Sobre o Código Tributário Municipal.

Art. 1º Altera o Artigo 242 da Lei Municipal nº 7.100, de 20 de dezembro de 2017, que Disciplina o Sistema Tributário do Município, Consolida Leis e Dispõe Sobre o Código Tributário Municipal, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 242 A autoridade julgadora, constatando divergência em matéria de fato, dará vista ao Fiscal autuante para que preste suas informações no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo o prazo ser prorrogado para até 10 (dez) dias úteis, caso haja justificativa de complexidade da matéria e/ou excesso de serviço no setor, facultado ao Secretário tal decisão. (...)"
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE VERANÓPOLIS, em 21 de Maio de 2025.

CRISTIANO VALDUGA DAL PAI, Prefeito.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

JUSTIFICATIVA I AO PL Nº 97/2025.

O presente projeto de lei tem por objetivo alterar o prazo constante no art. 242, visando reduzir de 30 dias corridos para 5 dias úteis o prazo de manifestação do fiscal tributário no contencioso administrativo, agilizando a tramitação dos processos e atendendo ao princípio da eficiência (art. 37, caput, CF/88).

1. Razões da proposta:

Celeridade e segurança ao contribuinte

Prazos longos atrasam a regularização fiscal e travam o fluxo de caixa. Encurtar o tempo de resposta significa menos incerteza e mais previsibilidade para quem empreende e paga imposto.

Adequação tecnológica

O processo hoje é eletrônico; autos e documentos ficam a um clique. Manter 30 dias virou anacronismo. Cinco dias úteis são plenamente factíveis.

Harmonia com outras esferas

Receita Federal e diversos municípios já trabalham com 5-10 dias úteis para manifestações equivalentes, sem lesão ao contraditório. Estamos alinhando Veranópolis ao padrão moderno.

2. Impacto operacional

Custo zero. É mera readequação de prazo; não envolve contratação ou investimento adicional.

Flexibilidade preservada. O parágrafo único do art. 242 segue vigente, permitindo perícias e diligências sempre que necessário. Se a matéria exigir mais tempo técnico, a autoridade julgadora poderá abrir prazo extra nessa fase – sem engessar o rito inicial.

3. Benefícios esperados

Processos mais ágeis: imagem de Administração parceira e responsiva.

Menos estoque de autos parados: economia de esforço e recursos internos.

Cumprimento expresso do princípio da eficiência: segurança jurídica para todos.

A proposição é simples, sem ônus financeiro e de alto retorno institucional. Contamos com o aval dos Nobres Vereadores para transformar celeridade em lei.

GABINETE DO PREFEITO DE VERANÓPOLIS, em 21 de Maio de 2025.

CRISTIANO VALDUGA DAL PAI, Prefeito.

